Neoliberalismo nas políticas públicas de permanência: uma análise da percepção dos estudantes acerca dos estágios não obrigatórios para garantia da sobrevivência no curso de Pedagogia da UFPE.

Sergio Henrique Pereira Regis¹

Daniel Alvares Rodrigues²

RESUMO

Esta pesquisa investigou o impacto das políticas públicas de permanência estudantil, utilizando uma abordagem qualitativa. Foi aplicado um formulário a 16 estudantes do curso de graduação em Pedagogia do Centro de Educação (CE). Os dados coletados foram analisados com base na análise de conteúdo, demonstrando o impacto dessas políticas, assim como as dificuldades enfrentadas pelos estudantes. Os resultados evidenciaram a dificuldade de conciliar as atividades acadêmicas com as atividades remuneradas. Conclui-se que o ensino superior sofre ações neoliberais de desvalorização do ensino público superior. Recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise das condições impostas que geram essas problemáticas na vida dos estudantes.

PALAVRAS-CHAVE: Desafios estudantis, Políticas públicas, Influências socioculturais.

1. INTRODUÇÃO

A estrutura fragmentada do sistema de ensino apresenta a divisão social e a lógica de mercado, restando apenas a sua adequação ao sistema, conciliando o mercado de trabalho, condição intrínseca à classe trabalhadora, e o meio acadêmico, imposto como condição secundária. O que se apresenta é a dificuldade em conciliar as atividades acadêmicas com a manutenção básica da vida, devido ao impasse da disponibilidade de recursos financeiros, esta condição não se remete como única culpabilidade do sujeito, mas como forma de manutenção da estrutura do próprio capitalismo, deixando o sujeito trabalhador em uma condição muito difícil de ser superada.

Ter políticas públicas, como demonstrado ao longo do tempo, é essencial para combater o domínio social presente no contexto social brasileiro, como por exemplo, temos o projeto de lei 180/2008, sancionado pela presidenta da república, Dilma Vana Rousseff, em 2012, que mais

¹ Graduando em Pedagogia pela UFPE/CE – RECIFE/PE. Email: sergio.henrique@ufpe.br

² Trabalho de conclusão de curso desenvolvido sobre orientação do Prof. Dr. Daniel Alvares Rodrigues. Email: daniel.rodrigues@ufpe.br

tarde se tornou a lei nº 12.711/2012. Este fato gerou um acalorado debate sobre as leis de cotas na perspectiva da igualdade, buscando a concretização do princípio da igualdade em seu sentido material concreto. Uma corrente de pensamento se fundamenta no Art. 5 da constituição de 1988 que regulamenta que todos são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza. Em outra perspectiva, descontrói esse pensamento na citação do Art. 3 da mesma constituição, mas especificamente em seu inciso III, onde se estabelece como objetivo fundamental da republica federativa do Brasil erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais.

Desta forma, as cotas não violam os princípios constitucionais de igualdade, garantem a minimização das desigualdades sociais e demais comportamentos segregacionistas, como demanda proposta do Art. 3º. Em consequência disso, no presente trabalho se buscou a percepção dos estudantes de pedagogia, como percebem a sua sobrevivência, a importância dos estágios remunerados como fonte principal de sustentação tendo como breve contexto histórico das políticas de permanência. Tendo em decorrência pensar acerca dos estudantes que tivessem passados pelas dificuldades da graduação, elaborar perguntas que refletissem as experiências dos estudantes como as políticas de permanência, entrevistar esses estudantes buscando trazer a maior variabilidade de fatores possíveis e analisar as repostas com base na proposta da pesquisa.

Ao longo de leituras me foi apresentado, a tentativa de relacionar a religiosidade como um aspecto que poderia ter influenciado na vida acadêmica. Mesmo não obtendo resultados que possam ser comprovados nesta relação, quais contextos surgindo ao longo desta pesquisa poderia ser visto como um fator de impacto na vida acadêmica, bem como me foi demonstrado o público universitário dos estudantes da UFPE no ano de 2012, na qual foi apresentado o perfil dos estudantes do curso de pedagogia.³ E como se apresentaria esse público agora? É certo que algumas famílias adotaram algumas estratégias, como matricular os filhos em escolas de referências para a entrada na universidade pública. Quais estratégias adotadas pelas famílias poderiam ser usadas para garantir a permanência?

Em consequência disso, no presente trabalho se buscou a percepção dos estudantes de Pedagogia, como percebem a sua sobrevivência, a importância dos estágios remunerados como fonte principal de sustentação tendo como base um breve contexto histórico das políticas de

³ Artigo intitulado: “Condições objetivas e investimentos acadêmicos dos estudantes do ensino superior.” Das professoras: Daniela Maria Ferreira e Maria Emília Lins e Silva.

permanência. Tendo em decorrência pensar acerca dos estudantes que tivessem passado pelas dificuldades da graduação, elaborar perguntas que refletissem as experiências dos estudantes com as políticas de permanência, entrevistar esses estudantes buscando trazer a maior variabilidade de fatores possíveis e analisar as repostas com base na proposta da pesquisa.

As políticas existem e vem funcionando demonstrando resultado, como a presença dos dados demonstrados no GEMMA (Grupo de estudos multidisciplinares da ação afirmativa), no ano de 2022, demonstrou que a maior parte das universidades com a reserva de vagas acima de 50%, tal como era proposto na aplicação da lei de cotas. A presente pesquisa tentará contribuir para compreender as dificuldades enfrentadas pelos estudantes e as estratégias tomadas para superar tais barreiras.

As políticas públicas precisam ser vistas sob diversos parâmetros. Inicialmente, pensava-se em uma perspectiva expansionista, na qual o aumento do número de vagas resolveria a questão do acesso à educação superior, entretanto “não basta ampliar o número de vagas no setor público ou privado, necessário, também, é garantir as condições de permanência e conclusão por parte dos estudantes, possibilitando o desenvolvimento acadêmico da população estudantil.” (Arruda,2011, p. 81). Em segundo lugar, considerava-se a abertura para as classes populares e, por fim, as políticas de permanência às classes com maiores dificuldades de permanência “ressaltamos que a expansão da educação superior é extremamente necessária às demandas da sociedade atual. Entretanto, é fundamental que tal expansão assegure, a permanência.” (Arruda, 2011, p.75). Esse movimento mostra que pensar em políticas públicas é um processo de constante transformação, visto que as demandas sociais são inúmeras, tornando necessária a constante revisão e mudança diante de possíveis novos problemas. Desta forma, a pesquisa buscou investigar e contribuir para esse ambiente das políticas públicas de permanência estudantil, que se apresenta em constante mudança.

2. RECORTE TEÓRICO

2.1 POLÍTICAS DE PERMANÊNCIA E CAPITALISMO

As políticas públicas respondem às demandas sociais e refletem relações de poder, sendo construídas por ações que reproduzem ou transformam valores e envolvem o debate entre diversos grupos de interesse. A formulação e implementação dessas políticas e leis estão ligadas às práticas

sociais e regulamentações, influenciadas por posicionamentos éticos e políticos que interagem com o ambiente e o sistema político.

As políticas públicas se sustentam de teorias da sociedade e das relações entre indivíduos e a sociedade, partem do pressuposto de que a educação serve como possibilidade de transformação, como um signo de progresso e desenvolvimento, o que justifica os investimentos a partir da década de 80. As lutas no âmbito da permanência estudantil não são restritas a este século, sendo o direito à educação garantido desde a constituição imperial de 1824. O direito a educação, ao longo da história, passou por oscilações, ora sendo tratado como obrigatoriedade do estado, ora sendo retirado. Efetivamente, as ações de permanência estudantil remontam os anos 30, com o reconhecimento da educação como direito público regulamentado pelo estado no governo Vargas e através da reforma de Francisco Campos, essa forma instituiu o decreto Nº 19.851/1931 que amparava estudantes reconhecidamente pobres, e foi incorporada na constituição de 1934

O Departamento de Assistência aos Estudantes (DAE), criado nos anos 70, oferecia bolsas estudantis até ser extinto em 1980, deixando a assistência estudantil fragmentada nas instituições. Em resposta, o FONAPRACE analisou a situação estudantil entre 1997 e 2004, resultando em uma proposta de Plano Nacional de Assistência Estudantil, aprovada em 2007 e implementada em 2008. Este plano foi substituído pelo Decreto 7.234 de 2010, ampliando políticas de acesso ao ensino superior, inclusive na iniciativa privada.

Os maiores esforços de investimento na educação deveriam ser direcionados para o ensino fundamental, sendo, de acordo com o Banco Mundial, mais rentável para o contexto social brasileiro.

Dentre as orientações propostas pelo banco mundial para a área educacional podemos mencionar: defesa da realocação dos recursos públicos para a educação básica, ênfase na avaliação e eficiência, implementação de programas compensatórios, descentralização do sistema, dentre outras. Nesse sentido, ao se priorizar a educação básica escolar incentiva-se, dentre outros aspectos a privatização da educação em especial a educação superior. (Arruda, 2011, p. 68)⁴

⁴ Ana Lúcia Borba de Arruda - Linha de Pesquisa em Política Educacional, Planejamento e Gestão da Educação. Tem experiência em ensino e pesquisa na área de Educação, com ênfase em Política Educacional, atuando principalmente nos seguintes temas: os impactos e efeitos das políticas públicas educacionais no campo da gestão educacional e escolar, bem como políticas de educação superior que visam o enfrentamento da desigualdade social.

O ensino superior é um espaço de disputa por projetos de sociedade, refletido em decretos e leis que frequentemente tentam fortalecer a iniciativa privada e enfraquecer direitos sociais garantidos pelo Estado. Exemplo disso é o PL 3.076/2020, que propõe universidades e institutos com foco empreendedor, visando, futuramente, afastar o Estado das demandas sociais e favorecer interesses privados.

Outro ponto de destaque refere-se aos movimentos na educação pós-2014, que promovem a narrativa de que o ensino superior público é de péssima qualidade.

O ministro Abraham Weintraub vociferou contra as universidades públicas acusando-as de espaço de orgia e cultivo de drogas, e referiu-se à atividade acadêmica como balbúrdia e fraco desempenho, usando esses argumentos como justificativa para cortes e bloqueios no orçamento. (Silva et al. 2023, p. 195)

Essas estratégias, que inicialmente visam deslegitimar o conhecimento produzido nas universidades públicas e, posteriormente, atacá-las com cortes de verbas, estão fundamentadas nos interesses do neoliberalismo. O objetivo é moldar a educação para satisfazer os interesses da alta burguesia, que não busca a transformação social promovida no ambiente acadêmico e visível no desenvolvimento histórico da população, mas sim a manutenção dos meios de produção e a acumulação de riqueza nas mãos dos grandes empresários.

O vínculo criado durante o governo de FHC, com a expansão das universidades e a implementação do PROUNI, definiu um novo conceito dos limites entre o público e o privado. Isso se sustenta pelo retorno esperado pelas empresas em mão de obra. Desta forma, a educação no ensino superior é visada para a funcionalidade do mercado. No entanto:

Convém ressaltar, que a educação superior não deve se preocupar apenas com a formação de profissionais para atuar no mercado de trabalho, mas também na formação de indivíduos críticos e reflexivos que produzem conhecimento nas diferentes áreas, isto é, que possam contribuir para solução de problemas complexos da vida pública. (Silva, 2001 apud Arruda, 2011, p.19)

Os problemas econômicos do Brasil possuem raízes históricas e não se limitam à visão neoliberal de meritocracia, que atribui o sucesso exclusivamente ao esforço individual. A educação deve ser uma ferramenta de transformação social e pessoal, não apenas uma fonte de conhecimentos técnicos voltados ao retorno econômico.

Para entender as políticas públicas de permanência estudantil, é essencial considerar o papel do Estado em uma sociedade capitalista, onde sua prioridade é proteger interesses do capital.

Assistências voltadas para a justiça social, e não para o lucro, acabam marginalizadas e dependem de resistência e luta para se concretizarem, dadas as dinâmicas capitalistas presentes no Estado.

No entanto, o que torna esse debate mais desafiador se justifica pelo fato de que, apesar de que quando se fala em políticas públicas e com a presença de um Estado que se preocupa com interesses capitalistas, aparenta-se um conflito entre esferas sociais. No entanto, é importante notar que Estado, sociedade e economia se apresentam com características diferentes, mas que buscam o mesmo interesse em comum.

Para compreender bem essa relação, é importante notar que o Estado é um produto da sociedade, e essa sociedade se define enquanto sociedade capitalista, sendo:

A sociedade capitalista é constituída de relações sociais; são estas relações entre classes sociais que formam o tecido da sociedade capitalista. Ou seja, a sociedade capitalista é uma sociedade de classes que se constitui a partir da forma de apropriação do excedente criado pelo trabalho.” (Corazza, 1987, p. 3)

Aqui há um problema difícil: O estado é um defensor dos interesses econômicos ao mesmo tempo em que regulamenta as políticas de permanência, as políticas de permanência são demandas de camadas sociais que à primeira vista não estariam relacionadas a um rendimento econômico, ou seja, as políticas de permanência estão dentro de uma estratégia liberal de ao formar, pensando na camada popular, sujeitos tecnicamente intelectuais, se está formando uma classe trabalhadora para satisfazer as novas demandas da industrialização da produção, ou seja, as políticas de permanência surgem em compatibilidade dos interesses econômicos do estado, esse por defender demandas do capitalismo, acata as demandas da permanência da classe popular na universidade, ao mesmo tempo satisfazendo interesses do capitalismo e demandas sociais.

Por fim, é preciso compreender a natureza do Estado, sendo: “O Estado aparece materializado nas instituições estatais e, como tal, parece estar separado da sociedade e das relações de produção.” (Corazza, 1987, p. 6). Isso pode se referir à maneira como o Estado, através de suas várias instituições, exerce poder e autoridade.

O Estado não é um poder imposto à sociedade, mas um poder que surge da sociedade e se distancia progressivamente dela. Isso pode ser interpretado como o Estado sendo um reflexo das relações sociais existentes, mas ao mesmo tempo se tornando uma entidade separada que pode exercer poder sobre a sociedade. Isso significa que o Estado parece estar separado das relações de produção e acima da sociedade e das classes sociais. Essa separação é, na verdade, uma característica específica do capitalismo. Isso pode se referir à maneira como o Estado, em uma

sociedade capitalista, desempenha um papel nas relações de produção, mesmo que pareça estar separado delas. Esta aparência de separação entre o Estado e a sociedade é necessária para mascarar a coerção nas relações capitalistas de produção. Isso pode ser interpretado como o Estado ajudando a manter as relações de produção capitalistas, que são inerentemente coercitivas, ao aparecer como uma entidade separada que não está diretamente envolvida nessas relações.

2.2 NEOLIBERALISMO EDUCACIONAL

Desde a sua gênese, a educação sempre foi um território disputado pelas instituições de poder. Os ataques a educação no governo Bolsonaro se baseavam na tentativa de domínio do ensino superior nas mãos da iniciativa privada. Para realizar essa ação com o apoio da polícia federal (PF) e do ministério público, reitores das universidades federais foram caçados para substituição para interesses do neoliberalismo:

Por meio de aparelhos dedicados a constituir uma hegemonia anticomunista a exemplo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (Ipes) e do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (Ibad) -, voltamos a ver com reativa força esse discurso agora como foco na destruição de um socialismo imaginário nos governos do Partido dos Trabalhadores e em “marxismo cultural. (Silva et al. 2023, p.191)

Um dos exemplos das ações do neoliberalismo no ensino superior:

O *modo operandi* adotado pelo atual governo se distingue do regime empresarial-militar (1964-1985), que contou com instrumentos coercitivos para afastamento de docentes, técnicos e administrativos e estudantes considerados indesejáveis, a exemplo o AI-1, AI-5 e do Decreto-Lei 477/69. (Silva et al. 2023, p.192)

Este caso demonstra a forte necessidade de impor a cultura empresarial, nessa concepção o ensino superior é ineficiente em comparação a investimentos na educação básica, formando uma massa para o mercado de trabalho.

O sufocamento orçamentário das universidades e da área de ciência e tecnologia não está desvinculado do movimento liderado pelo “andar de cima” de destruição da constituição de 1988 como etapa a ser vencida para implementação de uma nova ordem econômica e política que se caracteriza pela autocracia e pela dissolução dos direitos sociais. (Silva et al. 2023, p.197)

Uma das críticas ao neoliberalismo refere-se ao uso dos cofres públicos. A crítica baseia-se em afirmar que o Estado dedica muita verba às políticas de distribuição de renda, como o Bolsa Família, o FGTS e auxílios emergenciais. Para suprir esse teto de gastos, o Estado precisa aumentar a taxa de impostos ou imprimir mais dinheiro, o que eleva a inflação; consumir dólares, o que desvaloriza o real; entre outras medidas. Diante disso, o governo acaba afastando empreendimentos e formando uma população mais dependente do Estado, o que auxilia a população mais carente no curto prazo, mas, ao longo do tempo, aumenta a pobreza e a miséria e contribui para a desigualdade social. A solução, então, segundo o neoliberalismo, é investir mais na educação básica em contraposição ao ensino superior, formando uma população menos dependente dos auxílios de distribuição de renda, pois, de acordo com essa concepção, com maiores investimentos na educação básica — especialmente na educação financeira — a população saberia gerir melhor o próprio dinheiro e empreender, retirando custos “desnecessários” do Estado e criando uma sociedade menos dependente e mais letrada.

Diante disso, as recomendações do banco mundial em afirmar que no Brasil é mais “rentável” investir na educação básica que no ensino superior, se justifica, com base nessa concepção, em que em um país dominado pela desigualdade social, onde uma parcela muito pequena da população adentra o ensino superior, investir no ensino superior, não vai trazer resultados satisfatórios para modificar a realidade brasileira, o que modificará a sociedade brasileira é investir mais na educação básica em contraposição ao ensino superior, para formar uma sociedade mais preparada para o mercado de trabalho e menos dependente das políticas de distribuição de renda do estado.

No entanto, é importante notar que essa estratégia, por mais sedutora que pareça, é uma forma de manter e legitimar as desigualdades sociais. O que a burguesia busca, nesse caso, deslegitimando o ensino superior e fortalecendo os incentivos exclusivos à educação básica como forma de aquecer o mercado de trabalho, é manter a classe popular nas camadas inferiores dos meios de produção. Essa classe “letrada” para o mercado de trabalho não conseguiria acumular capital por não ser dona dos meios de produção, apenas possuindo ferramentas que garantiriam sua funcionalidade. Dessa forma, ela passaria a acreditar constantemente que, unicamente com a venda de sua força de trabalho, um dia conseguiria acumular tanto capital quanto a alta burguesia, o que se apresenta como uma ideia utópica e uma tentativa de venda para legitimar as classes sociais.

Quando uma demanda social é efetivada como ação política, ela se torna sistemática. Por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) n.º 9.394/96, em seu Art. 45º, afirma que a educação superior deve ser ministrada por instituições públicas ou privadas. De acordo com o censo de 2022 realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), havia 2.595 instituições de ensino superior na data referida, sendo 2.283 da rede privada e 312 da rede pública (INEP, 2022). Isso demonstra os aparatos sob os quais a educação se encontra, visada no mercado e pelo financiamento da iniciativa privada.

Com a aplicação do ENEM, as instituições superiores de ensino pelo país apresentaram alguns tipos de comportamentos. Algumas decidiram aderir ao ENEM como mecanismo único de seleção, enquanto outras combinaram a nota do ENEM com a nota do vestibular tradicional. As restantes preferiram aguardar os resultados para, posteriormente, tomar a decisão adequada. Nesse contexto, percebe-se que a mudança no ambiente acadêmico causou nas instituições de ensino um receio com os impactos referentes às novas propostas implementadas. Isso pode ser compreendido pela inquietação com a qualidade do ensino superior, que seria transformada pela entrada de novos grupos no ambiente acadêmico.

2.3 A FUNÇÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE

Ao considerar a entrada de indivíduos sociais que até pouco tempo eram vistos pela universidade como incapazes de construir conhecimento, abre-se para as diversas características desses novos públicos. Isso inclui concepções de gênero, estilos de vida, sexualidade, entre outros valores que podem ser expressos, alterando assim a própria constituição da universidade enquanto cultura e celebrando a diversidade presente nesse novo ambiente acadêmico.

A presença da classe popular no ambiente universitário, incluindo estudantes historicamente excluídos e empobrecidos, traz um impacto significado na academia. Esses estudantes, ao ingressarem na universidade, não apenas ampliam a diversidade cultural e social, mas também desafiam as estruturas tradicionais e elitistas do ensino superior. A inclusão desses grupos promove um ambiente mais democrático e equitativo, onde diferentes perspectivas e experiências de vida são valorizadas e incorporadas ao processo educativo.

A diversidade pode enriquecer o debate acadêmico ao introduzir questões antes negligenciadas, como desigualdade social, discriminação e acesso a direitos básicos, dando-lhes maior visibilidade e urgência. A presença de estudantes de diferentes origens sociais pode

incentivar a universidade a repensar suas políticas e práticas, buscando formas mais inclusivas e justas de ensino. No entanto, essa inclusão também traz desafios, exigindo que a universidade ofereça suporte adequado a esses estudantes, garantindo que tenham as mesmas oportunidades de sucesso.

Além disso, vale salientar que as bolsas concedidas a estudantes são uma política de redistribuição de renda. Essas políticas devem ser direcionadas especificamente para garantir o acesso a permanência de estudantes de grupos sociais mais vulneráveis, minimizando as desigualdades ao longo das décadas. Essas políticas, são visadas para a formação de uma força de trabalho especializada, que tenha remuneração acima da média. Isso visa aprimorar a classe trabalhadora, especialmente negros e negras, reduzindo as desigualdades sociais. É importante destacar essa abordagem porque também envolve um debate sobre os interesses conflitantes entre a classe trabalhadora e a burguesia, onde a educação e a qualificação profissional se tornam ferramentas essenciais para a emancipação e o fortalecimento da classe trabalhadora.

O debate sobre as políticas de permanência visa justificar as políticas como um “favor”, quando na verdade é claro que a educação, em qualquer âmbito, da educação infantil ao **ensino superior** (Grifo nosso) é um direito inerente a qualquer indivíduo. Desta forma, é necessário olhar para as questões educacionais no ensino superior além de problemas relacionados às “ações pedagógicas”, mas também adentrar as repercussões sociais e as implicações nos rendimentos dos estudantes.

Assim, a transformação institucional em favor de um maior reconhecimento acaba se dando na forma de rupturas abruptas (alguns diriam violentas), por meio de lutas radicalizadas como único meio encontrado para fazer suas vozes serem ouvidas (a exemplo de manifestações no campus, ou de ocupações de reitorias como método de luta sistemático nas décadas de 2000 e 2010). (Mendes, 2020, p. 11)⁵

Para que os estudantes, com suas mais diversas dificuldades sociais, tenham seus direitos à educação garantidos, como já é proposto por lei, é necessário ter em mente a **função social da universidade** (Grifo nosso). Isso inclui a presença desses novos sujeitos vindos de camadas antes

⁵ Maíra Tavares Mendes - Pesquisadora no Department of Leadership, Higher and Adult Education - OISE/ Universidade de Toronto. Co-líder do GRAPEUNI - Grupo de Pesquisa em Acesso, Permanência e Evasão na Universidade, Pesquisadora da Rede Universitas-BR (Eixo 5: Acesso, Permanência e Inclusão). Tem experiência em docência nas áreas de Acesso à Universidade, Ações Afirmativas, Educação Popular, Formação de Professores e Ensino de Biologia.

invisíveis às políticas públicas. “Isso vai além das tentativas incessantes de diminuição dos gastos públicos” (Mendes, 2020, p. 15). Além disso, é preciso reconhecer que haverá resistências neoliberais baseada na manutenção da formação de força de trabalho explorada. A educação é um direito fundamental e deve ser acessível a todos, independentemente de suas circunstâncias sociais.

A aplicação do REUNI na UFPE gerou conflitos, inicialmente motivados pela defesa da qualidade do ensino superior. A falta de informação levou estudantes a questionarem sua eficácia, especialmente em relação à expansão e à permanência estudantil. A preocupação com a permanência surgiu após a expansão, devido à maior presença de estudantes de classes populares, historicamente excluídos. Pesquisas sobre políticas públicas de permanência mostram que a expansão de vagas precisa estar alinhada com políticas de permanência, sendo essa falta de alinhamento uma das principais causas de desistência e evasão no ambiente acadêmico.

3. MÉTODO APLICADO

A pesquisa, em seu caráter essencial, é qualitativa, pois ao se referir as políticas públicas de permanência estudantil, mais especificamente sobre suas análises e as implicações na sociedade, está-se tratando da realidade de sujeitos sociais. “É preciso afirmar que o objeto das ciências sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é a cena e o seio do dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordados.” (Minayo, 2001, p. 14) O intuito é buscar para além dos motivos já aparentes os fatores nos quais fazem os estudantes buscarem as políticas públicas de permanência estudantil.

Sendo a pesquisa qualitativa (Minayo, 2001) como:

Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes. Esse conjunto de fenômenos humanos é entendido aqui como parte da realidade social, pois o ser humano se distingue não só por agir, mas por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida e partilhar com seus semelhantes. O Universo da produção humana que pode ser resumido no mundo das relações, das representações e da intencionalidade e é objeto da pesquisa qualitativa dificilmente pode ser traduzido em números e indicadores quantitativos. (Minayo, 2001, p. 6)

Ferreira e Silva (2015), ao traçar os perfis dos estudantes da UFPE em 2012, observaram uma possível relação entre a opção religiosa e o êxito acadêmico. Além dessa observação, busquei

identificar outros fatores que poderiam influenciar o desempenho acadêmico, além das questões religiosas. Assim, a comprovação de motivos e crenças ligadas à realidade social, fundamentada por fatores humanos, pode ou não impactar o rendimento acadêmico, entre outros aspectos.

Em consequência surgindo o objetivo geral de buscar a percepção dos estudantes de Pedagogia como percebem a sua sobrevivência, a importância dos estágios remunerados como fonte principal de sustentação. Tendo isso como norte surgiu os objetivos específicos sendo pensar acerca dos estudantes que tivessem passado pelas dificuldades da graduação, elaborar perguntas que refletissem as experiências dos estudantes com as políticas de permanência, entrevistar esses estudantes buscando trazer a maior variabilidade de fatores possíveis e analisar as repostas com base na proposta da pesquisa. A importância disso reside em acompanhar, através de uma pesquisa, a aplicação individual dessas políticas na vida dos estudantes e perceber como essas ações contribuíram para a vida de uma parte da sociedade brasileira.

A pesquisa em questão é uma pesquisa de campo, compreendida como “uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo” (Neto, 2001, p.19). Assim, a pesquisa buscou se aproximar da realidade dos estudantes de Pedagogia da UFPE, no Centro de Educação (CE), compreendendo o impacto ou a ausência das políticas de permanência em suas vidas, contextualizando suas vivências e retratando, o mais fielmente possível, a vida universitária desses estudantes.

Para alcançar o objetivo, seria necessário coletar dados sobre o número de bolsas disponibilizadas pela UFPE e o uso das políticas de permanência estudantil pelos alunos. Com essas informações, seriam realizadas análises para interpretar a influência dessas políticas na vida dos estudantes. Isso envolveria buscar documentos junto à PROAES da UFPE, obtendo dados sobre o número de matriculados no curso de Pedagogia, distribuição de bolsas, origem escolar dos alunos (pública ou privada), e representatividade desses grupos no uso das bolsas. Também seria preciso levantar dados sobre PIBIC, PIBID, monitoria, assistência à moradia, refeição e auxílio, com foco nas vagas disponibilizadas, preenchidas e o total de inscrições, além das taxas de retenção e evasão, especialmente em Pedagogia. Esses dados ajudariam a entender a situação das políticas de permanência estudantil e suas necessidades.

Entretanto, devido à greve dos docentes da UFPE, a funcionalidade da PROAES foi impactada. Um e-mail foi enviado solicitando dados para contribuir na pesquisa, mas, apesar da

insistência, o retorno foi tardio impossibilitando essas análises dadas o cronograma referente ao período de conclusão da pesquisa.

Assim, me foi aconselhado um segundo movimento, no qual tratou de uma entrevista com estudantes utilizando o Google Forms. A entrevista, “Fornecer fontes de duas naturezas: aquelas que poderiam ser obtidas através de levantamentos de dados e as decorrentes das reflexões do próprio sujeito” (Minayo, 2001, p. 21). Com base na pesquisa proposta, a objetividade da pesquisa tratou das informações do segundo tipo, pois o objetivo principal é levantar as subjetividades dos sujeitos referentes ao ensino superior. Dessa forma, para compreender as mudanças sociais causadas pelas políticas públicas, é necessário entender quais necessidades elas atendem na vida dos indivíduos que as buscam para ingressar e permanecer na universidade.

Além disso, trata-se de uma pesquisa de levantamento, originada de questionamentos surgidos ao longo do curso de pedagogia. Foram consideradas possíveis soluções para alguns problemas, e, como pesquisa de levantamento, utilizou-se um formulário. "Em alguns levantamentos, o objetivo é testar hipóteses. Pode ocorrer que se parta de uma hipótese bastante geral" (Gil, 1991, p.52). O formulário, por sua vez, "pode ser definido como a técnica de coleta de dados em que o pesquisador formula questões previamente elaboradas e anota as respostas" (Gil, 1991, p.54). Dessa forma, busquei entender os impactos na vida acadêmica dos estudantes causados pela aplicação das políticas públicas de permanência estudantil.

Levando em consideração que buscava estudantes que, devido ao seu contexto, compreendiam a importância das políticas de permanência, procurei estudantes que estivessem no final do curso, pois já teriam passado por boa parte da vida acadêmica. Foram selecionados estudantes do curso de Pedagogia da UFPE, compreendido como um dos cursos voltados para a classe popular no ensino superior. Assim, escolhi grupos de WhatsApp nos quais participavam estudantes de Pedagogia dos últimos períodos, a maioria deles provenientes da classe trabalhadora e que compreendiam as políticas de permanência como auxílio à sua vida acadêmica.

Para o levantamento dos dados foi utilizado a plataforma do google formulário. O modelo foi um questionário aberto, buscando levantar a subjetividade dos alunos acerca das políticas públicas de permanência estudantil, de acordo com a lente dos estudantes, como essas políticas vem impactando seus cotidianos ou na ausência delas. Diante dos dados levantados com 16 estudantes, especificamente todos do curso de graduação em Pedagogia da UFPE, que se encontravam no final do curso de Pedagogia ou que havia concluído recentemente, a maior parte

dos entrevistados se consideravam pertencentes do gênero feminino, com quase todos os participantes tendo o estado civil como solteiros(a), todos os participantes se identificam como cisgênero (que se identifica com o gênero biológico) e a maior parte como não tendo acesso as políticas públicas de permanência, foi levantado no questionário o esclarecimento do sentido da pesquisa, identificação, motivações que levaram a escolha do curso de Pedagogia e a superações de barreiras apresentadas ao longo do curso. Por considerar a privacidade dos estudantes, foi usado a identificação por cores.

A análise dos dados teve como base uma análise de conteúdo se compreendendo a análise de conteúdo como “através da análise de conteúdo, podemos encontrar respostas para as questões formuladas e também podemos confirmar ou não as afirmações estabelecidas antes do trabalho da investigação.” (Minayo, 2001, p.28) Partindo do contexto das políticas de permanência dos estudantes da Pedagógica da UFPE, buscamos repostas para supostas dificuldades enfrentadas pelos estudantes relatados ao longo do curso e buscamos, através dessa pesquisa, contextualizar suas vivencias.

Para intepretação dos relatos dos estudantes foi realizado uma **tentativa** (grifo nosso) de realizar uma intepretação com base em uma proposta dialética em que “Nesse método a fala dos atores sociais é situada em seu contexto para melhor compreensão. Essa compreensão tem, como ponto de partida, o interior da fala.” (Minayo, 2001, p.30). Compreendendo que as repostas dos entrevistados, enquanto pesquisa social, constituem com uma aproximação da realidade social, mas que dada as condições não se poderia ser reduzida a nenhum dado interpretativo para definir por complexo a realidade social.

4. RESULTADOS

Todos os participantes eram do curso de Pedagogia da UFPE. A faixa etária compreendia de 23 a 56 anos. Quase todos os entrevistados se identificavam como do gênero feminino, e todos se identificavam como cisgênero. Apenas um dos participantes pertencia à zona rural, enquanto os demais eram provenientes das regiões metropolitanas do Recife. De todos os participantes, quase todos os estudantes pertenciam ao turno noturno, compreendendo maior parte pertencente a classe trabalhadora.

Um ponto fundamental que deve ser citado de antemão é que mais da metade do público em questão se identifica como não cotista. Ou seja, a maioria dos questionamentos dos estudantes entrevistados refere-se àqueles que não conseguiram usufruir das políticas de permanência estudantil, o que será demonstrado em uma perspectiva baseada no cotidiano acadêmico com a ausência dessas políticas.

Tratando dos incentivos que levaram esses estudantes a escolha da universidade pública e do curso de Pedagogia, surgiram como questões principais a qualidade do ensino, por ser uma universidade pública, e a identificação pessoal com o curso de Pedagogia.

TABELA 1 - Por que você decidiu entrar em uma universidade pública? E qual o motivo desse curso?

Respostas	
Semelhantes	Diferentes
<p>“Decidi entrar numa universidade pública pelo conceito de qualidade. Minha motivação está relacionada à minha íntima relação com o setor de educação. Sempre trabalhei como educadora em cursos livres, desde os 16 anos. Meu primeiro emprego foi como professora de informática, depois fui professora de inglês, depois fui professora em cursos técnicos. Agora sou educadora enquanto pedagoga com crianças de 4 anos.” (Azul)</p>	<p>“Decidi entrar como uma continuidade do ensino médio, não havia outra opção para melhorar de vida. O curso de pedagogia calhou para mim, pois gosto muito de educação e de crianças.” (Verde)</p>

“Qualidade e possibilidade de bolsa. Me identifiquei com a proposta do curso.” (Vermelho)	“Oportunidade de trabalho mais ampla” (Rosa)
---	--

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos participantes entrevistados.

As falas que fazem referência a esses fatores incluem considerações sobre a qualidade: [...] “decidi entrar numa universidade pública pelo conceito de qualidade” [...] (Azul), e sobre a escolha do curso: [...] “minha motivação está relacionada com a minha íntima relação com o setor de educação” [...] (Azul). Nesse sentido (Arruda, 2011) a escolha do curso em universidades federais é justificada pela qualidade do ensino. Dessa forma, pode-se entender que a educação em nível superior precisa considerar tanto a qualidade e o desenvolvimento educacional quanto a essência dos sujeitos ao escolherem seus cursos de graduação, não podemos deixar de lado um ponto crucial, que se apresenta como a única possibilidade para uma parcela que se identifica como classe trabalhadora: o curso de Pedagogia, que é visto como uma escolha que permite o vínculo entre as duas atividades.

Quanto ao fator acolhimento, a maioria dos estudantes evidenciou que, em alguns momentos, se sentia acolhida pelo ambiente acadêmico.

TABELA 2 - Você se sentiu acolhido(a) no ambiente acadêmico?

Respostas	
Semelhantes	Diferentes
“Às vezes, na maioria das vezes os professores não são muito bem compreensivos com a realidade dos estudantes e querem impor circunstâncias que cabem na realidade deles e não na nossa, além dessa hierarquia, o próprio ambiente não é convidativo e acolhedor/confortável	“Não. Existe muita diferença de tratamento e favoritismo, bem como dificuldades de acesso a informações, incluindo informações sobre seleções de assistências e bolsas de auxílio.” (Verde)

(falando na realidade do CE, meu centro) para os estudantes que passam mais de um turno na universidade, não é um ambiente com convites.” (Cinza)	
“Às vezes, vejo acolhimento por parte de alguns professores (minoría).” (Roxo)	Excluída diante das barreiras socioeconômicas. (Dourado)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos participantes entrevistados.

O que se demonstrou para os estudantes foi uma incompatibilidade das demandas da universidade com a conciliação de outras atividades, em grande parte ligadas a atividades remuneradas para manutenção na universidade, compreendo que esse problema se contextualiza:

No governo Dilma que, em 2015, por meio de pesado contingenciamento, reduziu o montante já exíguo de 2,8 bilhões de reais (para as 63 universidades federais, enquanto as privadas receberam, em 2015, astronômicos 24,4 bilhões de reais por meio do Fies) para pouco mais de 900 milhões de reais em 2015, um corte de 68%. (Silva et al. 2023, p.203)

O problema surge não necessariamente por um rigor acadêmico desnecessário, mas porque, mais do que nunca, a universidade precisa demonstrar qualidade. A flexibilização da qualidade acadêmica se tornaria mais um fator que o neoliberalismo usaria para desqualificar o ensino público superior. O problema se materializa pelo fato de os estudantes das camadas sociais não possuírem uma estrutura que cubra seus custos universitários; assim, precisam recorrer a meios que garantam, minimamente, sua sobrevivência na universidade. No entanto, para as atividades acadêmicas no período de graduação — sendo esse o campo desta pesquisa — deveria haver uma dedicação integral ao ensino. Como isso não é possível para esses estudantes, eles precisam conciliar os estudos com atividades remuneradas, ocasionando uma divergência de demandas. O neoliberalismo, ciente disso, se aproveita da situação cortando verbas das universidades federais, verbas essas que poderiam ser destinadas a esses estudantes para uma maior dedicação às demandas da universidade. O objetivo é fazer com que os estudantes

culpabilizem integralmente a universidade, o que ocasiona evasão no ambiente acadêmico público superior e diminui os rendimentos e produções acadêmicas, dando margem à privatização do ensino e reduzindo o impacto das políticas públicas de permanência.

Na questão seguinte, uma problemática interessante, que não foi inicialmente considerada, mas que merece destaque, é o turno noturno para os discentes da classe trabalhadora.

TABELA 3 - Você imaginava, antes de entrar na universidade, que enfrentaria as dificuldades que se apresentam hoje? Quais as principais dificuldade enfrentadas?

Respostas	
Semelhantes	Diferentes
<p>“As dificuldades que eu encontro é por ter que alinhar trabalho com os estudos. Mas dentro da universidade, sinto dificuldades nas intransigências de alguns professores e no acesso a alguns serviços da administração e da escolaridade.” (Amarelo)</p>	<p>“Na verdade, eu achei que ia ser mais difícil. A pandemia foi muito boa para mim, pois eu pude dividir e aproveitar melhor o meu tempo. Porque sou estudante, mãe e dona de casa. Ainda trabalho com edição de texto e sou palestrante em minha outra formação em psicologia.” (Azul)</p>
<p>“Dificuldade em conciliar trabalho e a universidade, além de dar conta de trabalhos, seminários e etc.” (Laranja)</p>	<p>“Não. A comunicação da gestão com os estudantes deixa muito a desejar. Falta de estrutura, pedagógica e administração precária. RU que infecta os estudantes e a federal continuam com a mesma empresa com um serviço péssimo e comida parecida de presídio sendo oferecida aos estudantes, falta de aumento das Bolsas Estudantil e aumento de valor das bolsas. Os professores se preocupam com o bolso deles, explorando os estudantes a fazer pesquisas em nome deles que levam o mérito são eles e os estudantes com pouca ou nenhuma ajuda de custos para sobrevive fazem</p>

	<p>tda (sic) a pesquisa, e para onde vai este dinheiro estudantil? Estamos numa guerra política internas e políticas públicas constantes.” (Prata)</p>
--	--

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos participantes entrevistados.

Dentro dessa pergunta, a dificuldade mais recorrente apontada pelos estudantes foi a conciliação entre trabalho e estudo, questão já observada (Corazza, 1987) em que um modelo de sociedade capitalista se justifica com base no sujeito trabalhador precisando vender sua força de trabalho forçado pelas necessidades de sobrevivência. Ao analisar o perfil dos entrevistados, a maior parte reservava a noite para exercer suas atividades acadêmicas, o que indica que, em relação às políticas de permanência, é necessário solucionar a problemática da exigência de uma considerável dedicação a atividades remuneradas, que impacta no rendimento acadêmico dos estudantes

Nesse debate, no entanto é importante considerar uma das soluções dada no governo Bolsonaro com o objetivo de torna o ensino superior mais “acessível”. “Para esse governo, o Reuni digital pretende criar 1,6 milhões de vagas no ensino superior à distância em dois anos.” (Silva et al. 2023. p. 209). O neoliberalismo sempre tentará usar ferramentas para retirar os direitos sociais das universidades federais, o objetivo nesse caso, é enganar os estudantes das universidade se aproveitando de suas dificuldades como transporte, custos e moradia, apresentando o ensino à distância como formula mágica, mesmo se apresentando como uma forma de resolver o problema, na realidade o foco é distanciar as responsabilidades do estado com a população, deixando o estudante responsável pelo seu rendimento universitário e com o tempo diminuindo o espaço do ensino público superior, ficando a mão da iniciativa privada, sendo essa tendo compromisso apenas com a continuidade da produção e acumulação de capital, sem nenhum compromisso com a função social do ensino superior.

Diante das dificuldades relatadas pelos estudantes, gostaria de destacar um ponto que merece atenção: **as estratégias utilizadas para superar essas barreiras** (Grifo nosso).

TABELA 4 - Quais as mudanças que você acredita que foram essenciais (Coisas que você precisou fazer) para garantir sua permanência na universidade?

Respostas	
Semelhantes	Diferentes
“Adaptação de tempo para vir pra universidade e estudar os conteúdos fora dela”. (Amarelo)	“Fazer estágio. Pois com o dinheiro do estágio acabei me bancando na universidade em questões de alimentação, transporte etc.” (Dourado)
“Como eu disse, minha principal dificuldade estava relacionada ao tempo disponível para ser estudante porque precisava ser mãe e dona de casa junto. A pandemia me ajudou a administrar melhor o meu tempo pois eu poderia assistir aula em casa e isso me ajudou, inclusive, a adiantar meu curso em um ano, formando em 4 anos.” (Azul)	“Recorrer a Bolsa, e tentar vagas de estágio.” (Roxo)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos participantes entrevistados.

As duas principais estratégias mencionadas foram o planejamento e a organização do tempo, além do uso de estágios não obrigatórios para garantir a permanência. Em que (Mendes, 2020) é necessário pensar as estratégias de permanência por estudantes de classes subalternas. Com base nos relatos dos estudantes e considerando que grande parte pertence à classe trabalhadora, torna-se importante conhecer estratégias de planejamento de atividades, como anotar as tarefas diárias, organizar uma planilha para as atividades semanais ou utilizar plataformas digitais, como o Google Agenda, para auxiliar na execução dessas tarefas.

A segunda estratégia que merece destaque é a realização de estágios não obrigatórios, que, no Centro de Educação, apresentam-se de forma burocrática e com uma visão divergente da realidade. Conforme a Resolução nº 20/2015, em seu Art. 1º, § 3º, os estágios se destinam, [...] “a complementar a formação do estudante mediante a vivência de experiências próprias da atividade profissional” (UFPE, 2015, p.1), sendo pensados como uma forma de complementação à ação acadêmica. No entanto, na prática, eles são usados para garantir a permanência dos estudantes.

Assim, é necessária uma desburocratização dos estágios não obrigatórios, visando atender à real necessidade dos alunos.

Quanto ao acesso ao conhecimento sobre as políticas públicas, grande parte dos estudantes relatou que só tomou conhecimento dessas políticas através de colegas após ingressar na universidade. No entanto, gostaria de destacar um relato sobre como alguns estudantes obtiveram conhecimento das políticas de permanência: “Professores do ensino médio” (Vermelho). Isso evidencia a importância, principalmente para a classe trabalhadora, de uma conexão entre o ambiente universitário e os estudantes do ensino médio, pois esses conhecimentos prévios podem prevenir futuras dificuldades de permanência por falta de informação. Em relação aos estudantes que só tomaram conhecimento das políticas de permanência após ingressarem na universidade, percebe-se, pelo relato, como essa situação tem se apresentado: “Não sou beneficiada. Fiquei sabendo por colegas, mas o processo burocrático para conseguir a assistência é SUPER (*sic*) cansativo, detalhado demais e muito chato, o que me fez desistir” (Vinho).

E, por fim, diante de todas essas contextualizações e da exposição das dificuldades reais enfrentadas pelos estudantes, concluímos este debate relatando os motivos que levam esses estudantes a enfrentar essas barreiras e a permanecer na universidade. Considerando a conciliação entre trabalho e estudo, que foi a principal dificuldade mencionada anteriormente, iniciamos com a pergunta: “Mesmo com as exaustões e o cansaço, quais razões poderiam ser pensadas para superar essas barreiras e conciliar trabalho e estudos?”. A principal estratégia relatada pelos estudantes é a necessidade de flexibilização por parte da universidade, especialmente em relação à classe trabalhadora: “Acho que tornar o caminho acadêmico mais prazeroso, mais maleável, mais compreensivo seria de grande ajuda” (Vinho). Além disso, destacam-se a importância de uma melhor organização e aproveitamento durante as aulas: “Flexibilidade nos horários e aproveitar mais o tempo em sala de aula para as atividades” (Amarelo).

E nada mais justo, ao pensar nas melhorias que a universidade precisa implementar, que essas mudanças visem tornar o ambiente acadêmico mais equitativo, garantindo a permanência de todos e assegurando uma boa qualidade de ensino, considerando a visão dos próprios estudantes.

TABELA 7 - Diante do que você presencia na universidade, quais mudanças você acredita que seriam necessárias para garantir a permanência e a boa qualidade para todos os(a) estudantes?

Respostas	
Semelhantes	Diferentes
“Acho que a principal mudança, principalmente pela questão financeira, pois se manter em uma universidade não é barato, seria facilitar o processo de solicitação de assistência estudantil e abrir mais oportunidades com bolsas (pesquisa, extensão, monitorias, etc)” (Vinho).	“Especificamente na UFPE, uma atualização curricular, assuntos mais transversais e com práticas dentro da sala de aula” (Amarelo)
“Acessibilidade nos banheiros, salas e corredores do CE e campus e bolsas que contemplassem a realidade dos que necessitam para não só pagar suas contas básicas de casa, mas poder manter o aluguel de uma casa perto, se alimentar, etc.” (Branco)	“Higiene e cuidado do espaço, assistência justa para todos os que precisam, empatia e organização das atividades por parte dos professores.” (Marrom)

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos participantes entrevistados.

Essas visões e relatos dos alunos se conectam com as problemáticas relatadas por eles anteriormente. É inegável a importância das políticas de permanência estudantil, pois, como demonstrado pelos participantes, um dos maiores desafios é conciliar as atividades acadêmicas com o tempo dedicado ao trabalho

O problema para contemplação das questões ditas pelos estudantes se contrapõe a ideologia neoliberal que doma a educação, como debatido anteriormente, os investimentos na educação terão prioridade ao ensino fundamental em contraposição ao superior, dessa forma é

necessário que a universidade concilie força com os estudantes, contextualizando a investida neoliberal na tentativa de deslegitimar o ensino público superior, e resistência ao domínio empresário. Conforme debatido, é preciso analisar detalhadamente as propostas da iniciativa privada, principalmente no ensino superior, pois o objetivo é desenvolver uma camada popular que garanta os interesses do capital e mantenha as estruturas exploratórias da classe trabalhadora, o ensino público superior, mais do que nunca, precisa demonstrar qualidade e demonstrar sua participação em contribuir para a sociedade e sua importância para o futuro das gerações que vierem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou apresentar as concepções dos estudantes acerca das políticas de permanência estudantil, bem como as dificuldades enfrentadas e as estratégias adotadas para superar essas barreiras, com ou sem o apoio dessas políticas.

Em relação aos objetivos, pode-se dizer que foram parcialmente cumpridos, pois uma considerável parte dos entrevistados não conseguiu se beneficiar das políticas de permanência. No entanto, todos os entrevistados compartilharam suas concepções e vivências sobre a condição de ser estudante de Pedagogia na UFPE. Ficou ausente a análise com base nos dados fornecidos pela própria UFPE, o que não foi possível devido às razões explicadas na seção metodológica.

A pesquisa se mostra importante, pois reforça que as universidades devem considerar os estudantes como a base principal de suas ações. Dessa forma, os relatos apresentados ao longo da pesquisa são de fundamental importância para refletir sobre melhorias no ambiente acadêmico, levando em conta a interpretação real do espaço universitário, em contraposição a ideias fantasiosas ou utópicas.

Além disso, há uma vasta gama de questões que podem ser exploradas com base nesta pesquisa, como, por exemplo, como ocorrem as construções dos pensamentos hegemônicos e como elas podem afetar a adesão ao espaço acadêmico e o desempenho dos estudantes. Há muito a ser refletido sobre a base que forma e dá sentido a todas as formas de existência: a educação.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Lúcia Borba de Arruda, Ana; Macedo Gomes, Alfredo. **Expansão da educação superior**: uma análise do programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das Universidades Federais (REUNI) na Universidade Federal de Pernambuco. 2011. Tese (Doutorado em educação).

Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/3825>, Acesso em: 15 de outubro de 2024.

Brasil. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2022 [recurso eletrônico]. – Brasília, DF : Inep, 2024. 105 p. : il ISBN 978-65-5801-104-0 (online)

CORAZZA, Gentil. **Estado e relações de produção**. Ensaio FEE, Porto Alegre, 8(2):21-30, 1987.

Ferreira, D. M., & Silva, M. E. L. (2014). **Condições objetivas e investimentos acadêmicos dos estudantes do ensino superior**. v. 36 n°. 130. p. 101-115. Educ. Soc., Campinas, jan.-mar., 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo : Atlas, 1991. ISBN 85-224-0724-X

JARDEL, P. M., & MIRIAM, A. G. DE S. P. (2014). **Política pública e subjetividade: a assistência estudantil na universidade**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 13, n. 1, p. 184-198. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. jan/jun. 2014. Disponível em:

MENDES, M. T. (2020). **Políticas de reconhecimento e de redistribuição na permanência estudantil**. Educação & Realidade, Porto Alegre, 45(4), e96281. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623696281>

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SILVA, Simone; LEHER, Roberto; SARDINHA, Rafaela; CRUZ Andreia Gomes de; NASCIMENTO, Luciane. Educação superior pública federal no governo autocrático. *In*: LEHER, Roberto (org). **Educação no governo Bolsonaro**. São Paulo: Expressão Popular, 2023. p. 187-214.

THAÍS, K. I. (2017). **A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, 129, 285-303. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>. Acessado em: 20 de nov. de 2023.

UFPE. Resolução nº 20, de 2015. Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, Recife. 2015. Capítulo I, p.1.